

terra. Nenhum investimento pode ser aceite à custa da dignidade e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Ilha do Príncipe, aos 20 de Agosto de 2025



COMUNICAÇÃO POLÍTICA DO MVDP



Reagindo ao comunicado do director da HBD, o Senhor Ekebert publicado nas redes sociais pelo Governo Regional, após o encontro entre o Governo Regional e HBD para discussão das taxas de acesso as praias do Ilheu Bom Bom, introduzida e cobrada a cerca de 2 meses a todos os usuarios ou visitantes da Praia ou do hotel pela HBD;

Esta polemica decisão constitui um acto **ilegal, desrespeitosa e contrária à Constituição**, que garante a todos os cidadãos o direito de usufruir livremente do mar e das praias, património coletivo do povo santomense, limitando a liberdade da população do Príncipe e à dignidade dos cidadãos que, há gerações, convivem e dependem das suas praias para lazer, cultura e sustento.

A situação agravou-se com o episódio em que o **Presidente do Governo Regional do Príncipe** foi impedido de entrar no Ilhéu BomBom, onde tinha um encontro previamente marcado com o proprietário da HBD. Este ato, além de um claro de falta de respeito institucional, coloca em causa não apenas a figura institucional do Presidente do Governo Regional, mas também a imagem e a autoridade da **Presidencia do Governo Regional do Príncipe** e das próprias instituições do Estado de São Tomé e Príncipe.

O MVDP lamenta a atitude leviana de Filipe Nascimento que enquanto Presidente do Governo Regional que tendo sido impedido, insistiu até conseguir entrar para participar no referido jantar com o dono da HBD.

Lamenta ainda que o governo regional esteja a publicar encontros oficiais com a HBD para tratar de assuntos que lesem a direitos dos cidadãos e que o porta-voz seja o representante da HBD,

Reafirmamos a nossa posição de defesa intransigente dos direitos da população e da legalidade. Nenhum interesse privado pode sobrepor-se ao bem comum e ao respeito pelas nossas instituições democráticas.

O MVDP exige, por isso, uma **ação firme e imediata** do Governo Regional para garantir:

1. O livre acesso às praias do Príncipe por todos os cidadãos (nacionais e estrangeiros);
2. A recuperação da autoridade do governo e o respeito pelas instituições democráticas e pelos seus representantes;
3. O fim de práticas abusivas que ameaçam a paz social e a harmonia entre a população e os investidores.

O desenvolvimento sustentável da Região Autónoma do Príncipe deve ser construído com base no respeito mútuo, no diálogo transparente e na valorização do povo desta